

MORADORES DE RUA E SUAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO URBANO

Leonardo Lahm Palombini¹

¹Mestrando em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: leopalombini@gmail.com.

Recebido em 07/2013. Aceito para publicação em 10/2013.

Versão online publicada em 19/09/2014 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: O presente artigo visa apresentar a pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto a moradores de rua da cidade de Porto Alegre/RS. Os moradores de rua, por viverem no espaço urbano, sem um domicílio ou refúgio próprio, são pessoas que têm uma visão de mundo totalmente diferente do espaço do que nós, geógrafos, habituados à questão do *território*, temos. São eles os habitantes urbanos que tem uma relação mais frágil com o espaço. Porém, mesmo sem ter nenhuma espécie de *posse* sobre o terreno, os moradores de rua estabelecem certa relação de identidade com o espaço, uma vez que têm preferências por habitar e circular em certas partes específicas da cidade. De que forma eles se enxergam no espaço urbano, como definem seus locais de estadia, de que maneira se relacionam com seu entorno? Para buscar essas respostas está sendo desenvolvido trabalho semanal junto ao Jornal Boca de Rua - jornal exclusivamente escrito por moradores de rua de Porto Alegre - em uma pesquisa participativa, com acompanhamentos, entrevistas e observações, além da participação em diversos eventos relativos ao tema e aplicação de um questionário, respondido por 40 indivíduos em situação de rua, que busca caracterizar o público da pesquisa. Não se pretende aqui apresentar os resultados da pesquisa e nem nos aprofundaremos nas conclusões, mas sim apresentar algumas reflexões acerca do processo de espacialização/ territorialização dos moradores de rua na cidade, apresentando de forma inicial alguns conceitos desenvolvidos através das análises sobre as fronteiras constituídas na relação entre o *eu* e o *outro* em suas relações simbólicas de poder cultural e socialmente constituídas. Assim, pergunta-se: estarão eles, ao se dispor agrupadamente no espaço urbano, de maneira ordenada e deliberada, formando uma espécie de território? É ao que nos propomos responder ao final dessa pesquisa.

Palavras-chave: Moradores de rua. Sem teto. Espaço urbano. Território. Territorialização.

Introdução ao Problema de Pesquisa

Na cidade de Porto Alegre já estamos acostumados a ver, perambulando pelas ruas e esquinas, dormindo debaixo de pontes e marquises, indivíduos que têm o céu como seu próprio teto. Esses indivíduos dificilmente recebem alguma atenção da sociedade, uma vez que, desprovidos de quaisquer posses, não contam com qualquer confiança ou sequer consideração por parte da sociedade como um todo e, principalmente, da sua instituição representante: o Estado. Entretanto, o indivíduo em situação de rua, assim como qualquer outro dentro da sociedade, é um sujeito social. É um ser humano, um ser pensante, possuidor de uma vida, de sentimentos, de pensamentos e de uma história. Se na sociedade atual, movida por sentimentos individualistas, já é difícil levar em consideração qualquer um que não seja a si mesmo, o que acontecerá em relação aos moradores de rua? Enquanto a vida dos cidadãos das grandes cidades ocorre de forma comum e atribulada, frenética e perdulária, acontecendo de forma que seja impossível lançar um olhar mais aguçado sobre o outro, ainda mais se o outro for um sujeito social historicamente excluído do desenvolvimento - ou, ainda, um subproduto das suas contradições - o morador de

rua vive no cerne da complexidade de relações que perpassam nossa vida em sociedade. No entanto, vive alienado dessa sociedade. Vive nas e das entranhas de uma cidade estruturalmente excludente e discriminatória, socialmente produzida para quem tem, assim como todas as grandes cidades sob o sistema econômico e social vigente no Brasil. O indivíduo em situação de rua, talvez o mais excluído entre os excluídos, para os olhos da sociedade não passa de um mendigo, drogado, doente, louco, aidético, vagabundo, e outras definições pejorativas comumente utilizadas. A sociedade comum, a chamada "família brasileira", tida como modelo civilizacional imposto pelo sistema, a qual vive encerrada em seu mundo de trabalho, casa, televisão, não entende e nunca entenderá esse tipo de indivíduo. Não atribui um real significado ao outro, não se importa e nunca se importará com as mazelas provocadas por um estilo de vida imposto como ideal e naturalmente predatório. Para a família brasileira, o morador de rua não existe. Por isso, há que surpreender-se, se baseado nestes moldes, que exista um jornal na capital exclusivamente feito por moradores de rua. O Jornal Boca de Rua, publicação jornalística impressa trimestral, é uma publicação na qual os moradores de rua são os próprios produtores, os repórteres, entrevistadores, pesquisadores,

fotógrafos, desenhistas, ilustradores, redatores - enfim, os jornalistas. E, além disso, ainda são os vendedores e propagandistas das edições, atuando em cada sinaleira, cada bar, cada universidade, cada porta em que os jornais são comercializados. Um jornal inteiramente produzido por este tipo de indivíduo que não tem posse alguma, a não ser a sua vivência e seu conhecimento - e é através disto que são produzidas as matérias. É através e baseado nisto que eles trazem à tona uma outra visão da sociedade: a visão de quem está do outro lado; a visão de quem não é visto e que, por isso mesmo, enxerga muitas coisas que ninguém mais vê. Ora, se moradores de rua são capazes de produzir um jornal, algo material, não há dúvida que eles existem. A questão aqui é que: se eles existem, então são sujeitos sociais. E, mais ainda, se vivem na cidade e, mais especificamente, nas ruas, então são sujeitos geográficos por excelência. Sua existência ocorre no espaço, de forma itinerante, e suas ações modificam e moldam o espaço urbano em locais que não são atingidos por cidadãos comuns. Eles re-produzem a sua realidade de rua em espaços não habitados por pessoas socialmente estabelecidas e, quando transitam pelos espaços de uso comum, são ignorados. Além disso, têm majoritariamente um comportamento no qual não estão produzindo ou consumindo riqueza, obedecendo rotinas ou funções delegadas e pré-estabelecidas. E, por isso, a sociedade os ignora.

Através dessas proposições iniciais também faz-se necessário questionarmo-nos acerca de que relações são essas que os indivíduos que se encontram em situação de rua desenvolvem com o espaço urbano. Certamente que não as relações comuns, baseadas nos princípios do domicílio, do núcleo familiar, do trabalho, da produção e da propriedade privada. Todas essas relações são rompidas quando um indivíduo deixa de habitar uma casa, de se relacionar com sua família, deixa de trabalhar formalmente e produzir, deixa de ser um consumidor em potencial e estabelece novas relações com o espaço e sociedade, baseadas na mobilidade permanente, no uso temporalizado do espaço urbano segundo suas características contingenciais e na formação de núcleos familiares alternativos, onde a família são os companheiros de vivência na rua. Além disso, quebra-se o conceito máximo de que para participar da sociedade é preciso produzir e também, principalmente, consumir. O morador de rua não se adéqua a nenhum desses preceitos e, de certa forma, está fora do sistema. Porém, nem por isso está fora da sociedade. Pelo contrário, está talvez na sociedade colocado da maneira mais primitiva, que é sobrevivendo de acordo com o que o espaço lhe provê. É um ser em sobrevivência em uma selva urbana e, justamente por representar um antagonismo em relação às normas vigentes de convivência, é muitas vezes não só temido e rechaçado pela sociedade tradicional, mas também e principalmente perseguido e reprimido pelo Estado. Sua forma de viver representa uma maneira alternativa de relação com o espaço, maneira essa não encabeçada pela *posse*, mas

sim pela *ocupação* cotidiana e, ao mesmo tempo, efêmera, uma vez que itinerante. A partir destas constatações cabem alguns questionamentos sobre estes indivíduos. De onde vêm? Para onde vão? Aonde se estabelecem? O que os levou a tal situação? De que forma sobrevivem no espaço? De que forma produzem o seu próprio espaço? Que maneiras alternativas eles cultivam de uso e vivência no espaço em relação à sociedade comum, domiciliada? Que ferramentas o Estado se utiliza que garanta ou lhe tolha direitos? Como esses indivíduos sobrevivem sem uma casa, um lugar que possa chamar de seu, e que lições isso pode dar a quem está acostumado a viver a vida padrão imposta pelo sistema? Os moradores de rua, pela sua condição, poderiam representar um novo paradigma de ocupação do espaço urbano, baseado em novos preceitos? Conseguirão os moradores de rua, apesar de sua relação frágil e efêmera com o espaço, estabelecer um *território*? Para entender um pouco mais sobre essas relações, indo além do senso comum, e na tentativa de responder a essas perguntas, somente dirigindo-se de forma direta até essas pessoas, conhecendo sua realidade, conversando com eles, acompanhando-os em suas andanças e chegando até locais onde a sociedade tradicional e o Estado, via de regra, não estão presentes. Locais e pessoas que, no entanto, nem por isso deixam de fazer parte do espaço geográfico.

Objetivos

O principal objetivo deste trabalho é explorar a complexidade de relações permeadas entre a vida prática dos indivíduos em situação de rua e o espaço urbano da cidade de Porto Alegre, mais especificamente em torno do bairro Cidade Baixa, propondo e buscando compreender conceitos advenientes desta realidade, como questões acerca da dicotomia espaço-território, espacialização-territorialização. Além disso, pretendemos: explorar as relações que levam à alternativa ou à imposição da vida na rua; buscar compreender como se organizam no espaço urbano os moradores de rua; explorar conceitos provenientes da espacialização e territorialização dos moradores de rua na cidade; buscar compreender maneiras alternativas ao modelo atual de se relacionar com o espaço e habitar nas grandes cidades. Ao fim, buscamos responder ao questionamento: os moradores de rua estabelecem um *território* no espaço urbano?

O Público de Pesquisa e a Relevância do Tema

Os indivíduos em situação de rua possuem um conhecimento empírico e prático de vida que não é acessado em nenhum outro meio e que, no entanto, é profundo e alternativo por sua própria natureza. Já a Universidade tem, ao longo da sua história, desenvolvido um conhecimento científico, prático, empírico e social que em muito tem colaborado para o desen-

volvimento da sociedade. No entanto, o conhecimento acadêmico e a realidade da maioria das pessoas que não tem acesso a tal recurso é separada por um fosso profundo. Na academia transitam ideias que muitas vezes deram encaminhamento às políticas nacionais e internacionais. Todavia, atualmente as verdadeiras decisões que dão rumo à sociedade são tomadas em uma instância que - ao contrário do que deveria ser o papel da Universidade - não leva em conta o interesse social. O capital dita o ritmo e o foco do desenvolvimento e a população se vê acuada por esse sistema, lutando pela sua própria sobrevivência. Muitos não resistem. Alguns vão parar nas ruas. Por mais que a Universidade produza, ela nunca encherá sozinha o fosso que separa seu conhecimento da população que dele mais precisa. O conhecimento puramente acadêmico não é o bastante para preenchê-lo, pois faltará para completá-lo - aproximando as duas realidades - o conhecimento popular desenvolvido em diferentes estratos e conjuntos da sociedade. No caso deste trabalho, a principal justificativa para que se o execute é aproximar o conhecimento desenvolvido nas ruas - sem nenhum embasamento teórico senão a própria vivência - da academia. E vice-versa, buscando usar o conhecimento produzido na Universidade para dar alternativas a esta população. Sendo que a Universidade se fundamenta nos pilares Ensino, Pesquisa e Extensão, o objetivo deste projeto é também que os resultados da pesquisa feita possam contemplar a população de rua através do conhecimento produzido pela Universidade.

Dentre os diversos estratos sociais e culturais presentes na sociedade, o morador de rua se mostra como o mais vulnerável a todas as mazelas sociais. A sua existência é uma das contradições máximas do sistema. E, por isso mesmo, ele tem de ser resistente. A pesquisa aqui desenvolvida se propõe a estudar amplamente estes indivíduos que não só sobrevivem e trabalham nas ruas, mas que moram lá, sem um teto ou lugar para chamar de seu, sendo talvez quem mais está mais exposto aos seus problemas. Afinal, o morador de rua não possui um lar para fugir das dificuldades e intempéries do espaço tipicamente urbano - e essas dificuldades são muitas. E isso o torna um ser especial na sociedade urbana brasileira e porto-alegrense digno de ser estudado, uma vez que representa formas e padrões alternativos de vivência nesse espaço. Na convivência com indivíduos em situação de rua e através da sua observação é possível deparar-se com um nicho do conhecimento social que é por si só totalmente separado do conceito acadêmico de conhecimento e, ao mesmo tempo, único na sua própria percepção, uma vez que tem sua ótica através de uma determinada perspectiva que não é atingida por nenhuma outra categoria de indivíduos dentro da nossa estratificação social. Para o morador de rua, que faz parte da população da cidade, o Estado não está a seu serviço. Muito antes pelo contrário, este se faz presente principalmente visando à repressão de tudo aquilo que não se adé-

qua às normas tradicionalmente ditas como civilizadas, e os moradores de rua são a expressão máxima dessa transgressão aos princípios burgueses do domicílio, do comportamento social e da propriedade privada. Para a academia, que busca através da ciência desenvolver soluções para a supressão das mazelas da sociedade brasileira, seria muito proveitoso que se aproximasse cada vez mais do conhecimento popular. Este conhecimento é o que permite a sobrevivência das porções menos favorecidas da população em meio a este sistema. Por isso, é um conhecimento de resistência em meio a uma realidade predatória. E a resistência, se instrumentalizada, sempre pode resultar em uma quebra de paradigma. No outro lado, a academia muito tem a enriquecer ao abrir-se ao conhecimento popular, buscando ter contato com realidades que possam endossar e aferir legitimidade às nossas proposições teóricas, buscando sempre encontrar alternativas ao nosso atual modelo civilizatório, que tem se mostrado prejudicial à maioria.

Procedimentos metodológicos e andamento da pesquisa

Os recursos utilizados neste trabalho de pesquisa são vários. Em primeiro lugar, a observação empírica e a escuta crítica das falas dos indivíduos em situação de rua têm sido essencial na busca por compreender as suas relações enquanto indivíduos no espaço. Estão sendo procedidas interlocuções, com fotografias e vídeos dos encontros. O campo de estudo é composto por diversas áreas do bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre, sem, no entanto, contar com uma delimitação específica, mas especialmente circundando o bairro e suas áreas contíguas, uma vez que a natureza transitória da vida do morador de rua e o dinamismo da atividade de pesquisa impedem a delimitação rígida de uma área de estudo. Assim, preferimos chamar de campo de pesquisa, e não de área. Especialmente, concentramos em parques, praças, equipamentos públicos e centros de atividades voltadas à assistência social no bairro e seu entorno.

A execução do projeto se iniciou com o trabalho junto ao jornal Boca de Rua, que é um jornal feito inteiramente por moradores de rua e tem sua sede no bairro Cidade Baixa. Lá, em contato com diversos moradores de rua, é possível ouvir de sua parte muitas histórias, análises e perspectivas quanto à vida na rua, seus problemas, seus dramas e seus modos de vida. Aliado a isso, o próprio jornal Boca de Rua compila, trimestralmente, muitas das histórias e das críticas dessa população, em forma de reportagem, o que também tem dado subsídio à produção. A partir da convivência no Boca de Rua, foi possível conhecer outros projetos e entidades que lidam com a população de rua na capital, tais como Começar de Novo, Movimento Aquarela, grupo de hip hop Realidade de Rua e Sopão Popular, - movimentos e organizações ligados aos moradores de rua; alguns

albergues como Felipe Diehl e Dias da Cruz, Centro de Referência em Atendimento Social (CRAS), Centro Pop, Programa da Saúde da Família (PSF) sem Domicílio - programas e serviços do Governo Federal; Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e Orçamento Participativo - órgãos da Prefeitura Municipal; e especialmente o Movimento Nacional de População de Rua, que tem lutado pelos direitos dessas pessoas. Participando de reuniões, fóruns, seminários e debates acerca da temática da população de rua, foi possível angariar muitas informações acerca da realidade dessas pessoas, o que serviu de base inicial para essa pesquisa.

A partir da convivência com moradores de rua, aplicou-se uma entrevista exclusivamente preparada para caracterizar o público com que se está lidando e ajudar a atingir alguns dos objetivos do projeto. Sua amostragem foi de 40 indivíduos em situação de rua na capital, a maioria abordados no bairro Cidade Baixa e no próprio Jornal Boca de Rua. Por conseguinte, foram selecionados alguns interlocutores específicos para esse projeto, com os quais se aprofundaram as questões propostas nos objetivos, através do seu acompanhamento cotidiano. Não é possível delimitar o número específico de interlocutores, pois a dinâmica da pesquisa e do próprio público faz com que haja mudanças constantes nessa seleção. Além disso, foram organizadas diversas saídas de campo até os locais onde há agrupamentos desses moradores de rua, onde de fato eles organizam sua moradia no espaço urbano. A partir daí, além de estabelecer diálogos constantes, nos propomos a fazer uma análise geográfica e social das áreas ocupadas por moradores de rua. Por fim está se dando a compilação de todos os dados, buscando produzir um diagnóstico e uma análise aprofundada das relações entre moradores de rua e o espaço urbano na cidade de Porto Alegre, com o intuito de responder aos questionamentos que temos nos propostos nessa pesquisa.

Conclusões parciais da pesquisa e algumas reflexões teóricas

Neste artigo iremos nos restringir à apresentação de algumas considerações desenvolvidas durante a pesquisa e à apresentação inicial de alguns conceitos nela desenvolvidos. Não apresentaremos aqui os resultados da pesquisa ou nos aprofundaremos em suas conclusões, que poderão ser conferidas na dissertação de mestrado apresentada ao programa pelo autor.

Inicialmente, esta pesquisa tem mostrado que existem formas alternativas ao padrão de habitação, uso, posse e controle do espaço largamente cultivado nas grandes cidades. O domicílio, embora seja premisa básica de nossa vida em sociedade, não é a única realidade. Ele próprio tem sido explorado mais por uma imposição da lógica imobiliária do que como uma necessidade básica. O núcleo familiar tem mostrado sinais de crise. E os moradores de rua nos mostram alternativas a todos esses padrões através das suas for-

mas de habitar, organizar e se relacionar com o espaço. Talvez, ao contrário do que acredita o senso comum, as pessoas que rompem seus laços com a sociedade do consumo e da produção, do trabalho formal, do núcleo familiar e do domicílio, e que hoje vivem nas ruas das grandes cidades de maneira a sobreviver do que o espaço lhes proporciona, tenham mais a nos ensinar sobre como viver e se relacionar com o outro e o entorno do que imaginamos. Esse trabalho tem mostrado que há uma riqueza nas ruas das cidades que mora muito mais nas vidas humanas que ali vivem e se relacionam do que nos seus bens materiais. A rua é o lugar do povo e de suas manifestações, é o palco da diversidade, e é o morador de rua, esse tipo urbano que tem a rua como seu próprio local - não só de atuação, mas de moradia em si, expressão também dessa diversidade de relações socioespaciais e de vivência -, nos mostra que o padrão hegemônico de organização espacial da sociedade capitalista não é único, é contraditório, e abriga no seu próprio meio as expressões que a ele representam uma resistência, que a ele apresentam alternativas, e que por isso mesmo são temidas, excluídas e reprimidas.

Com a análise dos atuais resultados deste trabalho, foi possível perceber que, primeiramente, os indivíduos em situação de rua têm um perfil extremamente variado. Apesar disso, dentre os que foram acompanhados e entrevistados durante essa pesquisa, grande parte deles tem consciência quanto à sua condição de indivíduo íntegro, porém alienado do processo de construção da sociedade, sequestrado de seus direitos de cidadão por fruto das mazelas existentes nas contradições do sistema. Certamente que essa consciência não existe de forma estruturada e instrumentalizada - e nem é regra entre esses indivíduos - mas sim se dá através da própria observação do mundo a partir de sua perspectiva, compreendendo sua situação através da experiência cotidiana do viver no mundo. Entre os indivíduos entrevistados, grande parte dentre os que trabalham no Jornal Boca de Rua, muitos tinham uma crítica e uma visão de mundo que questionam algumas relações contraditórias que formam nosso sistema e as suas verdades tidas como naturais. Verdades e relações essas que põem o fator humano em segundo plano no processo de gerenciamento do espaço. Aí é possível perceber a efetividade do projeto Boca de Rua que, através da sua ação, desperta e incentiva esta consciência social e política entre os moradores de rua através da própria vivência e da discussão contínua proveniente do ambiente de trabalho, onde todos contribuem com sua visão e são ouvidos enquanto indivíduos pensantes. Acabam sendo estimulados constantemente pela coordenadora e monitores a se posicionarem e analisarem criticamente os fatos - e ouvindo também os seus pontos de vista -, o que possibilita por sua parte a construção de um conhecimento não somente prático de vivência, mas também teórico quanto à sociedade. É incrível que aqueles indivíduos que em princípio são totalmente desacreditados de suas capacidades e de suas

faculdades têm a colaborar no debate acerca de uma sociedade mais justa e democrática. E os temas e ideias que são desenvolvidos nas reuniões são endossados pela vivência diária desses indivíduos e suas experiências enquanto sujeitos sociais, propiciando realmente um local de construção de conhecimento para todos.

“O morador de rua como transgressão aos princípios burgueses”

Na sociedade estabelecida segundo as normas vigentes, o morador de rua por muitas vezes é visto como um indivíduo desprovido de capacidades e até mesmo de sua própria condição humana, visto sua natureza errante e desprovida de recursos materiais. E por isso é desacreditado. Entretanto, os indivíduos em situação de rua têm informações referentes a vários nichos sociais alternativos, tais como o mundo das drogas e da criminalidade, muito antes da população em geral. No entanto, não têm voz ativa e muito menos proteção da sociedade para denunciar, além de não ser do seu interesse, uma vez que sua preocupação máxima é com a própria sobrevivência em meio ao espaço urbano. Como rápido exemplo disso, pode ser citado o episódio da chegada de diversos traficantes advindos do Rio de Janeiro nas vilas de Porto Alegre, fugidos da operação policial de desmantelamento de grupos de tráfico de drogas nas favelas ocorrente por lá através da imposição das UPP's, ou, ainda, quando da chegada da nova droga *oxi* à cidade. Sobre estes dois fatos, muitos participantes do Boca de Rua já tinham informações sobre este processo desde muito antes de aparecer nos veículos de comunicação usuais. Se a publicação do Boca de Rua fosse diária, eles estariam à frente em muitos temas em relação aos demais meios de propagação da mídia. Uma vez que vivem na prática e convivem diariamente com aquela realidade que os veículos de comunicação de massas tratam como algo exterior à vida social, à margem da sociedade e que se encontra longe dos cidadãos. Esta não é a abordagem mais apropriada a tais fatos porque sim, existem cidadãos lá naquele meio e, se eles existem, lá também está a sociedade.

É possível perceber, através da convivência com indivíduos desprovidos de moradia e detentores de uma vida errante e desregrada que, como afirmou de certa forma um próprio participante do Boca de Rua, a condição de liberdade em relação a normas sociais, compromissos e paradigmas, naturais da vida do morador de rua, “representa uma afronta ao princípio burguês do domicílio”. De fato isso ocorre. Contudo, por outro lado, o indivíduo que está em situação de rua e (sobre)vivendo no ambiente urbano, ao mesmo tempo acaba por tornar-se refém da sua própria liberdade, justamente por não ter um lar para onde fugir em caso de adversidades, o que os deixa totalmente à mercê das intempéries do próprio ambiente urbano. Ou seja, há uma relação dicotômica e de ambiguidade entre liberdade e prisão, conceitos os quais se confundem, den-

tro dos quais a condição de morador de rua perpassa, tomando um ou outro significado, dependendo da circunstância que se estiver vivendo. A rua pode significar a ausência de amarras, mas também pode tornar-se uma prisão à medida que se busca um porto seguro, o qual é inexistente nesta condição. Ou seja, muitas vezes o indivíduo em situação de rua está preso à sua própria liberdade.

A espacialização / territorialização dos moradores de rua na cidade

A espacialização dos moradores de rua na cidade de Porto Alegre, mais especificamente no bairro Cidade Baixa e arredores, se dá não por sua escolha livre, mas pelas imposições do espaço urbano. A escolha de locais para dormir leva em consideração fatores múltiplos, como segurança, tranquilidade, fluxo de pessoas, proximidade com locais de fonte de renda e ganhos ou simplesmente de convívio social. Ademais, é um espaço efêmero, pois todos têm a crença de que aquele local, por melhor que seja dentro da sua concepção, mais cedo o mais tarde terá de ser substituído por outro em função da imposição das autoridades. Assim, o espaço que os moradores de rua se colocam é o espaço que resta; o que lhes é permitido ficar de maneira que menos incomode ou apareça. Por conta disso, eles tentam ao máximo controlar o usufruto do seu espaço de moradia, no sentido de práticas ocorrentes naquele ambiente. O uso de drogas, por exemplo, não se adéqua ao espaço de moradia - com exceção do álcool, legalizado - e por isso os moradores de determinados locais saem deles para usar as suas drogas. Isso se dá com o intuito de tentar estender ao máximo o tempo de moradia em cada lugar, no sentido de não causar problemas para o entorno. Por isso, muitos buscam também manter limpo o seu ambiente de moradia, não só juntando o lixo produzido por eles próprios e evitando usá-lo para necessidades fisiológicas, como buscando evitar que outras pessoas o façam. Não é possível estabelecer isso como uma regra geral, mas sim é o caso específico dos acampamentos pesquisados neste trabalho.

Quanto à territorialização dos moradores de rua no ambiente urbano, ficou claro com esse trabalho de pesquisa que definitivamente os indivíduos em situação de rua não têm uma relação de *posse* com o espaço. Se inicialmente o intuito desse trabalho era de analisar como se dão os processos de territorialização desses indivíduos no espaço, a própria convivência com eles, as conversas e a sua observação permitiram se perceber que esta relação de territorialização, embora tenha expressões incipientes, torna-se impossibilitada pela rede de controle espacial promovida pelo Estado, que frequentemente usa de seus mecanismos de repressão para evitar a formação de qualquer território que não o controlado pelo Poder Público. Portanto, nos espaços ocupados pelos indivíduos em situação de rua, mesmo que de forma efêmera, não há uma definida relação de

posse, mas sim uma relação de (con)vivência. Assim, a discussão que se propõe na pesquisa é tratar da territorialização dos indivíduos em situação de rua no espaço, porém, sem conotar uma relação de poder em específico para o seu controle, mas sim tentar compreender como sua espacialização no ambiente urbano pode se tornar um território à medida em que se estabelecem locais determinados de moradia e que, muitas vezes, esses criam barreiras à livre circulação. Essas barreiras, esse uso do espaço por esses grupos, mesmo que de maneira descontínua, pode nos dar a entender que a territorialização que ocorre em ambientes de moradia de moradores de rua não se dá por uma imposição forçada. Questionados, todos disseram que chegar nestes ambientes é livre a qualquer um, inclusive no caso de quem queira a eles se juntar, desde que respeite as regras do local. Além disso, para indivíduos que moram na rua, muitas vezes a confiança no outro é necessária, pois dependem de doações e colaborações para sua sobrevivência. Apesar de haver o medo de violências e essas muitas vezes ocorrerem, ainda há a crença e/ou esperança de que quem se aproxima não é um inimigo, mas sim alguém com intuito amigável ou indiferente. Isso, porém, não impede manobras de proteção constante, como em alguns casos em que algum dos colegas de moradia buscam ficar de vigília, em sistema de rodízio. Visto isso, a territorialização dos ambientes de moradia dos indivíduos em situação de rua na realidade se dá de forma frágil, onde não existe uma relação de vínculo rígido com o espaço, no qual os moradores de rua, estabelecendo, muitas vezes, um certo território descontínuo, através da sua rotina de circulação em determinados locais específicos, retratados nos resultados da pesquisa e nos mapeamentos presentes na dissertação. Esses territórios descontínuos, embora não se mostrem através de uma imposição clara de poder por parte de seus habitantes, assim se o tornam por conta da interpretação de quem está de fora, através de seu julgamento de valores, que compreende que aquele local não é de livre circulação. Daí o “medo” do outro de passar por debaixo de marquises e viadutos em que eles estejam, relatados pelos moradores de rua nas suas observações. Assim, é uma territorialização de certa forma fictícia, porque, se ela não se dá pela imposição dos próprios indivíduos ditos territorializados, ela não existe na prática. O que existe é a crença, por parte do outro, nessa territorialização. Ou seja, essa se dá muito mais pelo medo das pessoas de se aproximar desses ambientes do que pelo perigo que eles de fato representam, transformando-o assim numa espécie de *território paradoxal*. Silva (2009) nos diz que pela sua condição diferente do padrão, alguns grupos sociais são excluídos de determinados espaços. Essa exclusão muitas vezes, assim como no caso dos moradores de rua, não se dá pela proibição estrita de circular em certos lugares, mas sim pelo constrangimento causado pelo olhar do outro sobre o indivíduo que não se adequa às normas do lugar. E os moradores de rua, por

muitas vezes se apresentarem com um comportamento e aparência dissociada do padrão estético-moral da sociedade, sofrem com um preconceito pelos demais indivíduos socialmente estabelecidos e enquadrados nesse padrão. Sendo assim, os fatores contingenciais de circulação no espaço, a criação de espaços interditos, não se dá somente pela constituição de barreiras físicas ou expressões simbólicas na paisagem. O texto urbano estrutura-se tanto por meio do visível, expresso na paisagem, como mediante seu contraditório complementar, o invisível (SILVA, 2009, p. 143). Ou seja, a mensagem reproduzida no espaço, chamada o “texto urbano”, muitas vezes não precisa de expressão visual para acontecer. O preconceito é um exemplo de interdição invisível do espaço, onde quem não se adequa à norma é excluído pelo simples fato de, por conta desse preconceito, não conseguir sentir-se à vontade estando naquele ambiente. Segundo Ornat (2009), que estuda o território das travestis em artigo no livro *Geografias Subversivas* (org. Joseli Silva), a espacialidade relacionada ao “trabalho formal” constitui-se como espaço interdito à sua vivência cotidiana. É o elemento contraditório e complementar do território. No nosso caso, como os moradores de rua também não transitam pelo espaço do “trabalho formal”, este constitui-se também como uma espécie de território, que é contraditório ao território constituído por eles em seus locais de moradia, porém dele complementar, uma vez que sem o espaço normatizado e padronizado, territorializado pelo preconceito sobre quem é diferente, também não existiria o território do diferente. Daí que surge o conceito de *território paradoxal* defendido por Ornat. Segundo ele, essa mediação de experiências (entre os sujeitos nos diferentes “textos” da cidade ou, simplesmente, espaços territorializados por normas comportamentais e estéticas),

produz a concepção de que o território é composto de um poder multidirecional que é intercambiado entre os sujeitos que compõem a(s) sua(s) configuração(ões), dando sentido à própria apropriação espacial. Esse território se institui de plurilocalizações de sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas constantemente tensionados, porquanto ocupados simultaneamente. (ORNAT, 2009, p. 202)

Ou seja, os moradores de rua circulam pela cidade perpassando diferentes espaços, porém, existem alguns espaços que eles não passam por medo da própria rejeição, enquanto o mesmo ocorre ao contrário, onde pessoas socialmente estabelecidas circulam pela cidade, porém, evitam passar por locais onde haja um acampamento de moradores de rua, por medo do que é diferente. E essa premissa é dinâmica, uma vez que os moradores de rua são indivíduos em constante deslocamento, o qual é também submetido à própria temporalidade do dia. Ornat, interpretando Harvey, nos diz

que

as divisões dos grupos sociais são projetadas espacialmente em uma organização espaço-temporal, atribuindo a cada fenômeno o seu espaço-tempo, pois seria através da relação dialética entre corpo e configuração espaço-tempo que as práticas e as representações sociais das práticas seriam determinadas. (2009, p. 205)

Assim, crê-se que há não só um espaço, mas um tempo para que cada coisa ocorra. Os moradores de rua têm sua existência nos espaços contingenciada a determinados horários do dia, pois, assim como durante o dia eles circulam em busca de sua sobrevivência na cidade, é durante a noite que eles tomam a característica de seres existentes de fato no espaço. Se durante o dia eles são muitas vezes ignorados – invisíveis e nômades –, durante a noite, em seus espaços de moradia, eles tem finalmente o seu território. Ou seja, se durante o dia o morador de rua depara-se com espaços interditos à sua circulação, tanto por barreiras físicas como pelas invisíveis, durante a noite é ele que cria um espaço interdito aos outros, mesmo que de forma não proposital, mas sim por conta de, por causa de sua diferença, representar um possível perigo dentro do sistema de valores tradicional. Conforme Ornat (2009, p. 203) o território surge da apropriação de ruas ou conjunto de ruas, durante determinado tempo. Assim, a existência de redes de relações sociais é condição dessa apropriação. No caso dos moradores de rua isso se dá em parques, determinadas esquinas, marquises, praças e embaixo de certos viadutos.

Por fim, Ornat diz que

esta análise difere das clássicas formas de visualização do território como um simples resultado de uma ação grupal que objetiva delimitar e controlar, produto da junção de espaço, fronteira e poder, demandando ações de manutenção. Este território é um espaço apropriado por um grupo que exerce a centralidade das relações de poder, ou seja, uma complexa relação territorial paradoxal que institui sujeitos, espaço e poder, sendo, simultaneamente, por eles instituída através das performances cotidianas. (2009, p. 207)

No caso dos moradores de rua, as performances cotidianas que mantêm a apropriação do local é sua simples presença, com suas barracas, colchões, carrinhos, mochilas e diversos objetos, os quais, na paisagem, durante um certo momento do dia, expressam a apropriação do local por aquele grupo determinado e se transmutam em território, não imposto, mas entendido como tal pelo *outro*, que está do lado de fora. O reconhecimento social desse território se dá pelo próprio reconhecimento, entre os companheiros de moradia, em ser um ambiente habitado por *iguais*, e, visto

de fora, pela sociedade estabelecida, ser um ambiente habitado por *diferentes*. O território não se resume a um espaço onde haja uma certa relação de poder definida, mas é também a expressão da diferenciação entre os que estão no interior e no exterior de uma possível delimitação do espaço, onde os símbolos, embora não expressem uma relação de poder clara, expressam que determinado espaço é apropriado por determinado tipo de indivíduo, embora essa própria apropriação já possa por si só denotar certa relação de poder. O que não significa que os moradores de rua não busquem formas de se proteger do *exterior*. A própria escolha de local de moradia já leva em consideração essa premissa. Assim, embora seu território seja paradoxal, fruto da crença num sistema de valores baseado na diferenciação entre *eu* e *outro*, os próprios indivíduos em situação de rua acabam por reforçá-lo, não por querer dominar tal território, mas sim para se proteger da sociedade que, para ele, é quem de fato oferece perigo, vide casos de abusos contra moradores de rua comumente impetrados e corriqueiramente noticiados pelo Jornal Boca de Rua. Ora, o morador de rua, como dito anteriormente, não se comporta ou adéqua segundo as regras civilizatórias impostas pela sociedade. Ele se comporta como um ser na mais tensa busca pela sobrevivência, e a territorialização de seu espaço é de extrema importância para manter sua integridade frente aos perigos que oferece o ambiente urbano. Ou seja, a grosso modo, mesmo que o território seja um espaço determinado por uma posse e pela sua defesa, o que ocorre nos territórios criados nos espaços dominados por pessoas em situação de rua, quando agrupados, nada mais é do que uma expressão dessa posse, só que não delimitada, mas marcada por uma certa expressão da paisagem que, pelo medo do *outro*, acaba por se territorializar. O morador de rua não tem uma casa e sabe disso. Ele tem a consciência de que mora no espaço urbano, que é público, social, e por isso não reivindica para si a *posse* daquele território. A territorialização destes ambientes, pois, é talvez mais caracterizada de fora para dentro, através da crença social sem base na realidade prática - mas sim baseada no preconceito - do que de dentro para fora, pela relação de posse com o espaço entre o indivíduo em situação de rua e seu lugar de moradia, a qual é irrisória, frágil, efêmera. Assim, o local de moradia do morador de rua acaba por ser ou já é subutilizado pelo conjunto da sociedade, sendo relegado a somente eles, configurando uma espécie de *subespaço* - o espaço do *outro*, o que está *fora* da sociedade e, por isso, com o qual não se deve se misturar.

Alguns conceitos sobre a relação entre moradores de rua e o espaço urbano

Subespaço é um espaço que se torna subutilizado pela sociedade estabelecida segundo os padrões por conta da sua utilização por indivíduos que representam, para a crença comum, algum perigo, e que por isso

limitam a livre passagem de outros. Ora, se vimos que a territorialização dos moradores de rua não é imposta objetivamente, mas sim uma crença ou quase uma imposição social de caráter subjetivo - o chamado território paradoxal - logo o conceito de subespaço mostra-se mais como uma criação imposta pelo sistema de valores do que por uma prática de vivência dos seus sujeitos. O subespaço dos moradores de rua é um espaço de trânsito exclusivo destes indivíduos - pelo menos enquanto o seu momento de acampamento. Percebe-se facilmente na cidade de Porto Alegre diversos locais que, se durante o dia têm uma função social estabelecida - comércio, recreação, descanso, convivência - durante a noite tornam-se espaços territorializados pelos moradores de rua. É neste momento que o espaço deixa de ter sua função original e torna-se um *subespaço*, pois repulsa o trânsito de indivíduos que não pertença àquela realidade. Entretanto, no outro dia, este subespaço torna a se transformar em espaço, lugar de alguma coisa, pois o acampamento dos moradores de rua não mais está ali - resultado da rede de controle espacial do Poder Público, que expulsa essas pessoas para que as socialmente estabelecidas possam circular e cumprir sua função social. Ou seja, o subespaço é o próprio espaço, só que com sua significação substituída dada a temporalidade do seu usufruto. À noite, subespaço. De dia, espaço. E é esse espaço, ao ter seu uso e "controle" modificado, que se torna um território paradoxal, uma vez que não escolhido e defendido, mas colocado como alternativa pelo que a sociedade acredita em seu senso comum. E é a partir daí que se desenvolve o conceito de *paisagem dinâmica* ou *paisagem mutante*.

A paisagem é a expressão fenomênica do sistema de ações e objetos e do acúmulo de tempos desiguais manifestado no espaço que nos fala Milton Santos (1997). Entretanto, ela não limita a sua dinâmica somente a este acúmulo de tempo, mas também à própria dinâmica urbana submetida às horas do dia. Ou seja, ela é mutante, assim como a função do espaço ao longo destas 24 horas. Se dada hora do dia o espaço tem determinada função, ele representa isso visualmente se expressando através da paisagem. Porém, a paisagem, assim como o uso do espaço, não é fixa. Os moradores de rua influem diretamente na produção da paisagem urbana, principalmente nas zonas centrais da cidade, onde da noite para o dia há tanta diferenciação no seu usufruto. Os bairros Centro e Cidade Baixa na cidade de Porto Alegre são a expressão máxima dessa relação de mutação, embora cada um dentro da sua lógica. A lógica do bairro Cidade Baixa é a sua transformação, do dia para a noite, de bairro residencial-comercial para bairro iminentemente boêmio. A paisagem altera-se. O público altera-se. E enquanto algumas lojas fecham suas portas (mercados, biques, comércios e serviços variados) outras abrem (bares, danceterias, casas de show). Idosos com animais de estimação, jovens e adultos trabalhadores e consumidores e crianças com suas mães e amigos recolhem-se, dando lugar a jovens

de todas as tribos, em busca de diversão. Já a lógica do bairro Centro é a de que, de dia, é um local de intenso fluxo, quase todo ele baseado nos serviços. Quem está no centro ou está para trabalhar ou está para consumir. Já à noite, no bairro Centro quase não há função alguma - salvo alguns pontos de boemia - e ele é quase deserto. É neste momento, durante a noite, que a expressão dos moradores de rua se sobressai. Se durante o dia eles estão dispersos, por entre os cidadãos, à noite eles se concentram e transformam o espaço à sua utilização, formando os acampamentos. E aí surgem colchões, cobertores, sacolas, mochilas, carrinhos e gentes que não se via durante o dia; que não se sabe direito de onde surgiram. Essa gente, os moradores de rua, escondem durante o dia seus pertences de maior porte e carregam consigo todos os demais de maior valor e, à noite, juntam tudo isto para poderem dormir. Estes diversos objetos que formam um acampamento de moradores de rua alteram profundamente a paisagem por uma terceira vez: primeiro, o dia comercial ou residencial; segundo, a noite deserta ou boêmia; terceiro, os acampamentos e a sua espacialização/territorialização. Desta forma, o morador de rua não só produz o seu espaço dentro da cidade, mas este tem uma expressão visual que altera a paisagem. Por isso, dentro da concepção desse trabalho, a paisagem é mutante não só pelas mudanças de utilização do espaço durante as 24 horas do dia, mas pela presença visual de moradores de rua que aparecem - após um dia de anonimato - transformados em agentes produtores do espaço urbano à noite, que igualmente altera sua paisagem, especialmente em praças, viadutos, marquises, e demais locais onde se concentram.

A partir dessa lógica, chegamos o conceito de *subtrânsito* no espaço desenvolvido nessa pesquisa. Anonimamente, os moradores de rua vivem das entranhas da cidade - do que é rejeitado ou solidariamente compartilhado pela população domiciliada, e pelas fontes de ganhos que a rua oferece. Entretanto, apesar de serem reconhecíveis pelo seu estereótipo (roupas velhas fruto de doação, sujeira proveniente do ambiente urbano e sacolas, mochilas, malas com os seus pertences) eles circulam de forma anônima em meio à população, sem chamar maior atenção. A expressão máxima disso se dá quando o indivíduo em situação de rua, após noite de sono, continua a dormir ou permanece no seu local de acampamento após o raiar do dia e o início das atividades rotineiras da cidade. As pessoas saem de suas casas para trabalhar, os comércios abrem as suas portas e o fluxo de gente no espaço se torna intenso. E o morador de rua, que à noite se via em um subespaço socialmente territorializado por ele, se vê durante o dia rodeado por incontáveis pessoas que passam para todos os lados em diversas atividades. E ele, embora transpareça a contradição máxima de um sistema o qual se baseia na propriedade privada e no domicílio, é ignorado. E ao circular por entre os cidadãos comuns, não é visto. Muitos dos próprios moradores de rua entrevistados

ou em conversas informais afirmaram: “nós somos invisíveis”. A que grau de ignorância social de sua existência deve estar um indivíduo a ponto de afirmar isso? Em uma sociedade na qual a individualidade é exaltada e a competição pelo *ter* é tão evidente, o morador de rua não tem espaço para sua observância. Por isso, enquanto a sociedade tradicional acorda, sai, se desloca, trabalha, o morador de rua vive seu próprio ritmo, muitas vezes dormindo em pleno dia, em meio a milhares de transeuntes. E isso não causa estranhamento algum. E mesmo quando se levanta e transita pelo espaço, justamente por sua aparência e sua condição que não se adapta ao sistema, ele é ignorado pela sociedade. Ou seja, o morador de rua não transita, mas sim *subtransita* no espaço, de forma que sua existência, ou não, não faz diferença alguma. Ninguém depende dele ou de suas habilidades, uma vez que uma das premissas de nossa sociedade é o valor do trabalho, e ele, em princípio, não presta nenhum que agregue valor – portanto, é tido como um ser sem serventia. É invisível não de fato, mas sim pelo conjunto de valores que rege o mundo, no qual o fator humano não ocupa uma das posições mais privilegiadas. E por isso, independente de ser um ser humano, o morador de rua não é tratado como um. Seu trânsito no espaço não tem sentido, uma vez que não busca em suas andanças cumprir horários, regras, produzir bens ou servir a alguém e, por isso, não é um protagonista desse sistema. E não busca se adaptar, portanto, não sendo também pacificamente conivente com ele, embora não busque combatê-lo diretamente. Entretanto, sua forma de mostrar isso não se baseia em outra coisa senão na sua própria vivência. O morador de rua em si é, ao mesmo tempo, a expressão gritante de um sistema excludente e a expressão silenciosa de quem não compactua com ele. Se a noite seus locais de dormitório são subespaços produzidos pela estruturação espaço-temporal do sistema de valores da sociedade, durante o dia sua circulação é transformada num subtrânsito pela própria sociedade, que, se a noite o teme, durante o dia o ignora.

Por fim, a Geografia mostrou-se uma ciência excelente na abordagem do problema e do público proposto nesse trabalho. O morador de rua é um ser no espaço, na sua mais pura concepção, uma vez que, não tendo domicílio, está à mercê e inserido no espaço urbano

como subproduto do sistema e como contradição a ele. O Geógrafo, por sua capacidade de inter-relacionar conceitos e práticas advinentes do manejo do espaço urbano e explorar suas relações de posse e de vivência, está no cerne do debate sobre uma nova forma de abordagem das cidades. A discussão, no sentido de formar cidades mais humanas e menos baseadas no capital, perpassa diversas esferas: política, econômica, cultural, governamental, científica e popular. É nessas duas últimas que o papel do geógrafo e o papel dos indivíduos em situação de rua se encontram: os dois – cada um sob seu viés – conhecem a rua e o ambiente urbano como ninguém. O geógrafo, pela ciência. O morador de rua, pela vivência. Juntando esses dois vieses e formas de conhecimento é possível perceber que há muito o que se construir sobre a abordagem do espaço e a relação das diversas formas de vida urbanas com ele. E o objetivo deste trabalho, entre outros, foi o de justamente aproximar estas duas realidades: o conhecimento popular da academia e a academia do conhecimento popular, algo tão necessário à produção e desenvolvimento do conhecimento e do pensamento como um todo.

Referências

- AIGNER, Carlos; MOLL, Jaqueline; REGO, Nelson (Org.). Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- ARANTES, Antônio A. O Espaço da Diferença. Campinas: Ed. Papyrus, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. Confiança e Medo na Cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Ed. da Usp, 1997.
- SILVA, Joseli. Geografias Subversivas. Curitiba: Todapalavra Ed., 2009.

MORADORES DE LA CALLE E SUS RELACIONES CON EL ESPACIO URBANO

Resumen: Este artículo presenta la investigación desarrollada en el curso de Maestría en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul con los moradores de La calle en la ciudad de Porto Alegre / RS. Los moradores de la calle, em función de vivir en el espacio urbano, sin un hogar o albergue para sí, son personas que tienen una visión totalmente diferente del mundo y del espacio que nosotros, los geógrafos, acostumbrados a la cuestión del territorio, tenemos. Son ellos los habitantes de las ciudades que tienen una relación más débil con el espacio. Pero incluso sin tener ningún tipo de propiedad sobre la tierra, los moradores de la calle establecen cierta relación de identidad con el espacio, ya que tienen preferencias para vivir y circular en determinadas partes de la ciudad. ¿Cómo se ven a sí mismos en el espacio urbano, cómo definen sus lugares de estancia, cómo se relacionan con su entorno? Para obtener estas respuestas se está desarrollando un trabajo semanal con el Jornal Boca de Rua - periódico escrito exclusivamente por moradores de la calle de Porto Alegre - en una

investigación participativa, con acompañamientos, entrevistas y observaciones, así como la participación en diversos eventos relacionados con el tema y la aplicación de un cuestionario respondido por 40 personas en las calles, que busca caracterizar el público en investigación. No es intencionado aquí presentar los resultados de la investigación o profundizar las conclusiones, pero presentar algunas reflexiones sobre la espacialización/territorialización de los moradores de la calle en la ciudad y la presentación de algunos conceptos iniciales elaborados a través del análisis de las fronteras formadas en la relación entre el yo y el otro en sus relaciones simbólicas de poder, culturalmente y socialmente construidas. Así, se pregunta: ¿estarán los moradores de la calle, cuando disponibles agrupadamente en el espacio urbano, de una manera ordenada y deliberada, formando una especie de territorio? Es lo que nos proponemos responder en el final de esta investigación.

Palabras-clave: Moradores de la calle. Sin techo. Espacio urbano. Territorio. Territorialización.

HOMELESS PEOPLE AND YOUR RELATIONSHIPS WITH THE URBAN SPACE

Abstract: This article presents the research developed in the Geography Masters' course at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul with the homeless people of Porto Alegre city - RS/Brazil. The homeless, because they live in the urban space, without a home or shelter of their own, are people who have a totally different worldview of the space than we, geographers, familiar with the territory issue, used to have. They are the urban inhabitants who have a more fragile relationship with the space. But even without having any kind of ownership over the terrain, the homeless establish some relations of identity with space, since they have preferences on living and circulating in specific parts of the city. How do they see themselves in the urban space, how do they define their places to stay, how do they relate to their surroundings? To search these answers a weekly work is being developed at the Boca de Rua journal - a journal exclusively written by homeless people of Porto Alegre - in a participant research, with follow ups, interviews and observations, as well as participation on different events related to the theme and application of a questionnaire answered by 40 homeless people, that seeks to characterize the researched public. It is not intended here to present the research results or deepen any conclusions, but present some reflections about the spatialization / territorialization of the homeless people in the city by presenting some initial concepts developed through the analysis of the boundaries established in the relationship between the self and the other in its symbolic power relations, culturally and socially constituted. So, we will try to answer: are they, when putting themselves groupedly in urban space, in an orderly and deliberate way, forming a kind of territory? This is what we propose to answer in the end of this research.

Keywords: Homeless people. Street residents. Urban space. Territory. Territorialization.
